

A RELEVÂNCIA E OS OBJETIVOS DA METAFÍSICA MORAL DE IMMANUEL KANT

Renata Cristina Lopes Andrade*

Resumo: É sabido que Kant se propôs em sua metafísica moral (ou metafísica dos costumes) justificar a existência de uma *proposição prática fundamental*, a saber, uma *lei prática*. Podemos dizer que a filosofia prática kantiana representa, em sua intenção primeira, a busca e a fixação de uma lei moral por excelência, a qual possa se apresentar enquanto um princípio prático universal a ser seguido. Há, no momento de fundamentação da moralidade, a preocupação de encontrar (e fixar) uma lei prática a qual possa ditar todo o *dever-ser*, ou seja, tudo aquilo que deve necessariamente acontecer do ponto de vista moral; uma lei que determine o agir e a ação com valor moral. No Prefácio à *Fundamentação* Kant deixa claro sua principal, senão a única, tarefa tratando-se de uma metafísica moral: a descoberta e justificação do *princípio supremo da moralidade*. No presente trabalho não iremos entrar no mérito de como Kant apresenta e justifica a existência dessa proposição prática fundamental, antes, trataremos da apresentação, da relevância, dos objetivos centrais e de alguns dos aspectos essenciais da própria *Metafísica dos Costumes* de Kant.

Palavras-chave: Kant, Metafísica Moral, Princípio Prático, Moralidade.

Abstract: It is known that Kant proposed in his metaphysics moral (or metaphysics of morals) justify the existence of a *fundamental practical proposition*, namely, *practical law*. We can say that Kant's practical philosophy is, in its first intention, the search and setting a moral law par excellence, which can present itself as a universal practical principle to be followed. There, at the time of foundation of morality, concern to find (and fix) the law practice which can dictate the whole *duty-being*, ie, everything must necessarily happen the moral point of view; a law that determines the action and the action with moral worth. In the Preface to Kant makes clear *Groundwork* their main, if not the only, task in the case of a moral metaphysics: the discovery and justification of the *supreme principle of morality*. In this paper we will not go into the merits of how Kant presents and justifies the existence of this fundamental practical proposition, before, us deal with the presentation, of relevance, of the core objectives and some of the essential aspects of their *Metaphysics of Morals* Kant.

Keywords: Kant, Metaphysics Moral, Practical Principle, Morality.

Introdução

Kant, ao iniciar o prefácio da *Fundamentação da metafísica dos costumes*, aponta que a velha filosofia grega dividia-se em três ciências, a saber: a *Física*, a *Ética* e a *Lógica*. Segundo o filósofo, a divisão grega da filosofia está perfeitamente conforme a natureza das coisas e nada mais há para retificar, a não ser assinalar, devidamente e com clareza, *o princípio sob o qual*

* Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília. Pesquisadora de Pós-Doutorado em Psicologia – Psicologia e Desenvolvimento Moral pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de São José do Rio Preto. renataclopes@yahoo.com.br.

tal divisão se sustenta, isto é, o caráter *formal* ou *material* de todo conhecimento racional, nas palavras de Kant:

Todo conhecimento racional é: ou material e considera qualquer objeto, ou formal e ocupa-se apenas da forma do entendimento e da razão em si mesma e das regras universais do pensar em geral, sem distinção dos objetos (KANT, 1980a, p. 103).

O conhecimento *racional formal* ou *filosofia formal* chama-se *Lógica*¹. O conhecimento *racional material* ou *filosofia material* é duplo e, considerando que se ocupa de determinados objetos e das *leis* as quais tais objetos estão submetidos, a filosofia material preocupa-se com uma dupla legislação: as *leis da natureza* e as *leis da liberdade*. A ciência que cuida das leis da natureza é a *Física*, também chamada de *Filosofia Natural*; a ciência que cuida das leis da liberdade é a *Ética* ou *Filosofia Moral*. Focaremos a nossa atenção, nesse momento, na filosofia material, ou seja, no conhecimento racional material: a Filosofia Natural (física) e a Filosofia Moral (ética).

A física ou filosofia natural cuida da determinação das leis da natureza como objeto da experiência; a ética ou filosofia moral trata da determinação das leis da liberdade, isto é, leis para a vontade humana na medida em que esta é afetada pela natureza. Nesse sentido, a física ou filosofia natural cuida das leis segundo as quais tudo acontece e a ética ou filosofia moral das leis segundo as quais tudo deve acontecer².

Seguindo com as considerações kantianas no prefácio da *Fundamentação* sobre a divisão geral da filosofia e o princípio sob o qual esta divisão está assentada, observamos que a filosofia material, tanto a física quanto a ética, pode ter a sua parte *pura* e a sua parte *empírica*³. A parte empírica da filosofia é aquela que baseia os seus princípios na experiência

¹ “A Lógica é [...] uma ciência *a priori* das leis necessárias do pensamento, mas não relativamente a objetos particulares, porém a todos os objetos em geral; portanto uma ciência do uso correto do entendimento e da razão em geral, mas não subjetivamente, quer dizer, não segundo princípios empíricos (psicológicos), sobre a maneira como pensa o entendimento, mas sim, objetivamente, isto é, segundo princípios *a priori* de como ele deve pensar” (KANT, 1992, p. 33).

² Vale observar que em sua investigação moral Kant irá também ponderar sobre as condições sob as quais muitas vezes não acontece o que deveria acontecer do ponto de vista da moral, tal investigação apresenta-se enquanto uma das preocupações posteriores do filósofo ao tratar da moralidade. Porém, primeiro, para Kant, é necessário determinar, com precisão, as leis segundo as quais tudo deve acontecer – as leis do *dever-ser*. Veremos, em seguida, como Kant justifica a necessidade de determinação das leis do *dever-ser*.

³ Ao contrário da Lógica, que não pode ter uma parte empírica e as suas leis universais e necessárias asseguradas por princípios tirados da experiência.

e, portanto, em princípios *a posteriori*, é denominada de filosofia empírica; por outro lado, a parte pura da filosofia apóia-se em princípios *a priori*⁴ e denomina-se filosofia pura.

A *filosofia pura*, quando se destina a objetos específicos, como é o caso da física que tem por objeto a natureza, bem como da ética que tem por objeto os costumes, chama-se *Metafísica*. Eis que daqui decorre a existência de uma dupla metafísica: uma *metafísica da natureza*, a física ou filosofia da natureza e, *metafísica dos costumes*, a ética ou filosofia moral.

A filosofia moral terá, desse modo, uma parte pura e uma parte empírica. A parte empírica é chamada por Kant de *Antropologia prática*, enquanto que a parte pura, de *Moral* propriamente dita ou *Metafísica dos costumes*⁵. Segundo as considerações kantianas, não perdendo de vista a divisão geral da filosofia proposta pelos gregos, unida ao princípio sob o qual tal divisão se sustenta, chegamos à existência de uma *Metafísica dos costumes*. Ou seja, da divisão geral da filosofia proposta pelos gregos unida ao princípio sob o qual tal divisão se sustenta, a filosofia moral apresenta-se devidamente constituída por duas partes: i) a *Moral*, propriamente dita, ou *Metafísica dos costumes*, a qual pertence à filosofia pura, isto é, apóia-se em princípios *a priori* e, ii) a *Antropologia prática* que diz respeito à filosofia empírica.

Noutras palavras, partindo da divisão geral da filosofia, não se esquecendo do princípio sob o qual tal divisão se apóia, chegamos à divisão da filosofia moral e à existência de uma *metafísica dos costumes* (à existência de uma *metafísica moral*), a qual é separada de tudo o que possa ser empírico⁶. De acordo com Kant:

Ora, a moralidade é a única conformidade das ações a leis que pode ser derivada, de um modo completamente *a priori*, de princípios. Em decorrência disto, a metafísica dos costumes é propriamente a moral pura, a qual não se funda sobre qualquer Antropologia (quaisquer condições empíricas) (KANT, 1983, p. 409).

Resta-nos agora compreender o que exatamente se pretende quando se separa todos os elementos puros dos elementos empíricos ao tratar da moralidade, o que se deseja ao fundar uma moral *a priori*, isto é, ao instituir uma *metafísica dos costumes*. Também devemos compreender quais os objetivos específicos da metafísica moral, o porquê ela deve ser desenvolvida e estabelecida antes da parte empírica da moral, ou seja, a antropologia moral ou

⁴ Kant (1983, p. 24), chama de *a priori* não o que independe desta ou daquela experiência, mas o que é *absolutamente* independente de toda a experiência.

⁵ Tendo em vista as preocupações da presente tese, é digno observar que desde o prefácio da *Fundamentação da metafísica dos costumes* Kant já acena com a divisão da Filosofia Moral em *pura e empírica*.

⁶ Os elementos empíricos da moral ficarão a cargo, por exemplo, da antropologia moral que será desenvolvida por Kant após o estabelecimento de sua filosofia moral pura.

antropologia prática, e expor, no intuito de esclarecer, alguns dos aspectos essenciais da *filosofia moral pura* ou *metafísica dos costumes* de Kant.

A Metafísica dos Costumes kantiana

Primeiramente devemos mencionar que, segundo Kant, a tendência do ser humano à *Metafísica*⁷ não é um mero acaso, não é acidental, mas, antes, está presente em sua própria natureza, conforme o filósofo aponta no Prefácio à primeira edição da *Crítica da razão pura*:

A razão humana, num determinado domínio de seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são imposta pela sua natureza, mas às quais também não se pode dar respostas por ultrapassarem completamente as suas possibilidades (KANT, 1994, p. 03).

Sendo questões “inevitáveis” ao ser humano, era preciso procurar um caminho para abarcá-las, para tratar dos conceitos como o de liberdade, autonomia, moralidade. O caminho encontrado por Kant para garantir tais questões, para cuidar de tais conceitos, foi o desenvolvimento de uma *Filosofia Prática*, a qual parte da elaboração e do estabelecimento de uma *Metafísica dos Costumes*.

Em segundo lugar, decorrente do desenvolvimento de uma filosofia prática iniciada pela metafísica dos costumes, podemos mencionar que, no interior desse pensamento prático, não são poucos os momentos em que o filósofo expõe no quê se encerram os objetivos e a

⁷ Vale apontar que na primeira *Crítica* o filósofo centra-se no problema do conhecimento, verificando como o indivíduo constrói o conhecimento científico, observando, ademais, nessa obra, *a impossibilidade da metafísica enquanto ciência*, pois, se para haver conhecimento é indispensável ter dados empíricos e a metafísica não os apresenta, logo, não é possível fazer dela uma ciência. “A *Metafísica*, um conhecimento especulativo da razão inteiramente isolado que através de simples conceitos (não como a Matemática, aplicando os mesmos à intuição), se eleva completamente acima do ensinamento da experiência na qual portanto a razão deve ser aluna de si mesma, não teve até agora o caminho seguro de uma ciência” (KANT, 1983, p. 11). Assim, conceitos como, por exemplo, de liberdade, vontade autônoma, moralidade, tornaram-se problemáticos à filosofia teórica. Todavia, tendo em vista que a tendência do ser humano à metafísica, segundo Kant, não é acidental, era preciso um outro caminho para cuidar de tais questões. Se a filosofia especulativa não pôde dizer nada sobre a liberdade, moralidade, autonomia, era preciso procurar um outro caminho, é então pela *filosofia prática*, partindo do desenvolvimento e estabelecimento de uma metafísica dos costumes, o caminho encontrado por Kant para tratar de tais questões. “Para *conhecer* um objeto requer-se que eu possa provar a sua possibilidade (seja pelo testemunho da experiência a partir da sua realidade, seja a priori pela razão). Mas posso *pensar* o que quiser desde que não me contradiga, isto é, quando o meu conceito for apenas um pensamento possível, embora eu não possa garantir se no conjunto de todas as possibilidades lhe corresponde ou não a um objeto. Mas requerer-se-á algo mais para atribuir validade objetiva (possibilidade real, pois a primeira era apenas lógica) a um tal conceito. Este mais não necessita, no entanto, ser procurado justamente nas fontes teóricas do conhecimento, também pode residir nas práticas” (idem, p. 16).

importância de uma metafísica dos costumes. Vejamos um dos momentos em que Kant aponta a sua relevância.

Uma Metafísica dos Costumes é, pois, indispensavelmente necessária, não só por motivos de ordem especulativa para investigar a fonte dos princípios práticos que residem *a priori* na nossa razão, mas também porque os próprios costumes ficam sujeitos a toda sorte de perversão quando lhes faltar aquele fio condutor e norma suprema do seu exato julgamento (KANT, 1980a, p. 105).

Notamos que o desenvolvimento de uma metafísica dos costumes é indispensavelmente necessário, não por uma questão *especulativa* – a necessidade não se resume à ordem especulativa no intuito de averiguar a fonte dos princípios práticos e apresentá-los teoricamente, ou ainda, de explicar a ação segundo a sua origem. A importância e necessidade da metafísica dos costumes centram-se, precisamente, na ordem *prática*, por uma questão prática, isto é, o ponto é inerente ao princípio da ação, para que os próprios costumes não fiquem sujeitos a perversões, corrupções e desvios do ponto de vista da moral, para que o ser humano não se deixe seduzir ou desviar muito facilmente da moralidade – daquilo que deve acontecer, que *devemos* fazer do ponto de vista da moralidade.

Para Kant, tanto a razão especulativa quanto a razão prática, não poderiam encontrar repouso seguro em parte alguma a não ser diante de uma crítica completa da razão⁸, estabelecendo, nesse sentido, o que Kant chama de *tribunal da razão*. O primeiro, a razão teórica, uma crítica da própria capacidade de conhecer, uma crítica prévia da possibilidade, capacidade, alcances e limites da razão especulativa; o segundo, a razão prática, uma crítica, isto é, o exame para poder evidenciar a existência de uma razão prática pura e, em vista disso, criticar, no sentido de examinar a sua faculdade prática, ou seja, a própria capacidade da razão na determinação da vontade. Uma vez demonstrada a existência de uma razão prática, o que será investigado é a sua faculdade prática, isto é, *o alcance da razão na determinação da vontade*. Como explica Kant (2003a, p. 67), a investigação prática é aquela que tem a ver simplesmente com *os fundamentos determinantes da vontade*.

Segundo o filósofo (1983, p.10), a razão pode se referir de dois modos ao seu *objeto*: ou para determinar o objeto e o seu conceito ou também para torná-lo real. O primeiro é conhecimento teórico, o segundo, conhecimento prático (vale dizer que o objeto da razão prática é a *vontade*). Nesse sentido, a filosofia especulativa ou teórica diz respeito ao *ser*, a

⁸ Kant considera a *razão* enquanto a faculdade dos princípios – princípios do conhecimento e princípios práticos (KANT, 2003a, p. 427).

filosofia prática ou moral ao *dever-ser*⁹ – “A filosofia da natureza refere-se a tudo aquilo que *é*; a filosofia dos costumes concerne unicamente ao que *deve ser*” (KANT, 1983, p. 408). Há distinção entre o *ser*, ou seja, aquilo que *é*, objeto da filosofia especulativa, e o *dever-ser*, pertencente à filosofia prática. Os interesses da razão diferem em propósitos, *teórico* e *prático*. Tais interesses, segundo Kant, não devem ser misturados. Como lembra Rohden, na introdução à edição brasileira da segunda crítica: “Porque se trata de dois pontos de vista diversos, segundo os quais o conhecimento teórico trata da ordem do ser, e o conhecimento prático, da ordem do dever-ser” (KANT, 2003a, p. XVIII).

Beck, igualmente, nos chama a atenção para os interesses distintos da razão, diz ele:

[...] não há duas razões, uma teórica e uma prática, mas uma só razão – a faculdade de formular leis e princípios – que apresenta dois interesses. Um fornece conhecimento dos objetos como são (ou aparecem); o outro interesse nos introduz na ordem natural mediante a ação voluntária (BECK, 1984, p. 39).

Podemos pensar que o criticismo kantiano preocupa-se com os fundamentos das legislações: da vontade, a lei prática, para o caso da *Crítica da razão prática*, que funda *a priori* o *dever-ser*, e da natureza, a lei natural, para o caso da *Crítica da razão pura*, que funda *a priori* o que *é*. As segundas são do interesse da razão especulativa, ao passo que as primeiras, da razão prática. Como aponta o filósofo, mesmo antes da publicação da *Fundamentação e Crítica da razão prática*:

Para o caso do dever ético não se tem somente que *conhecer* o que *é* o dever (como algo sobre o qual o fim todo homem naturalmente tem e pode, facilmente, decidir), mas o ponto *é* inerente ao *princípio da vontade*, a saber, a *consciência desse dever-ser*, a mola da ação, de modo que podemos ser capazes de dizer do homem, quando age com conhecimento desses princípios da prudência, que ele *é* um filósofo prático (KANT, 2008, p. 1)¹⁰.

Ainda com o intuito de compreender as preocupações de Kant ao elaborar e estabelecer sua filosofia prática, em particular os motivos práticos da metafísica dos costumes, vejamos a citação de algumas passagens que sinalizam a necessidade de uma metafísica moral ou dos costumes.

Mas, não *é*, portanto, inútil, muito menos ridículo, traçar nessa metafísica *os primeiros princípios da ética*; para isso somente enquanto um filósofo poderá observar os primeiros princípios dessa concepção do dever, de outro modo, *não*

⁹ Tudo aquilo que deve necessariamente acontecer do ponto de vista moral, vale dizer: caso haja a preocupação com o valor moral da ação.

¹⁰ *Grifos nosso*.

*poderemos olhar para o ensino da ética (doutrina ética) com segurança ou pureza*¹¹. (KANT, 2008, p. 1-2)

Mas, o pensamento deve ter elementos metafísicos, sem os quais não pode esperar por qualquer segurança e pureza, ou mesmo motivos éticos (idem, p.2).

Ora, uma tal Metafísica dos costumes, completamente isolada, que não anda misturada nem com a Antropologia, nem com a Teologia, nem com a Física ou a Hiperfísica, e ainda menos com as qualidades ocultas (que se poderia chamar de hipofísicas), não é somente um substrato indispensável de todo conhecimento teórico dos deveres seguramente determinados, mas também um desiderato da mais alta importância para a verdadeira prática das suas prescrições [...] uma doutrina, composta de móveis de sentimentos e inclinações ao mesmo tempo que de conceitos racionais, tem de fazer vacilar o ânimo em face de motivos impossíveis de reportar a princípio algum, que só muito casualmente leva ao bem, mas muitas vezes podem levar também ao mal (KANT, 1980a, p. 122).

Observando a primeira citação acerca da tarefa e, particularmente, sobre a relevância de uma *metafísica dos costumes*, podemos ressaltar que a metafísica moral cuidará, especificamente, de traçar os *primeiros princípios da ética*¹². Afinal, de outro modo, na ausência do princípio, do fio condutor, não poderíamos olhar para o ensino da ética com segurança, ou seja, a própria possibilidade do ensino da ética, a doutrina ética, estaria comprometida¹³.

Com a segunda referência é evidenciado que sem os elementos metafísicos da moral, não se pode esperar por qualquer segurança ou mesmo as razões/motivos éticos. Toda a segurança de uma ação detentora de valor moral, ou ainda, a própria possibilidade da ação moral, depende dos elementos metafísicos, do *princípio* da ação – *as razões pelas quais faço o que faço*, princípio este que na visão de Kant, somente uma investigação pura, quer dizer, a metafísica moral, pode oferecer.

E por fim, evidenciamos que uma metafísica dos costumes deve ser completamente separada de tudo aquilo que seja empírico, deve ser isolada de todo e qualquer dado ou ciência – antropologia, física, psicologia, teologia – as quais também avaliam a ação humana, porém, sob uma outra óptica, sob outras perspectivas que não a busca do princípio da ação. No que diz respeito ao caráter empírico da ação, tal qual como ocorre, por exemplo, na antropologia,

¹¹ *Grifo nosso*. Vale aqui observar que mesmo antes da *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), da segunda *Crítica* (1788) e *Metafísica dos costumes* (1797), obras onde temos o núcleo da filosofia prática kantiana, Kant nos acena no texto *Elementos metafísicos da ética* publicado em 1780, com as duas partes da moral – pura e empírica – bem como com a possibilidade do ensino da ética, ou seja, doutrina ética.

¹² A ética é entendida aqui enquanto a ação em geral com valor moral.

¹³ Podemos dizer que a doutrina ética de Kant será traçada nas obras posteriores à filosofia moral pura, por exemplo: *A religião dentro dos limites da simples razão*, *Metafísica dos Costumes*, *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, *Sobre a pedagogia*. Em primeiro lugar, com a *Fundamentação* e a *Crítica da razão prática* temos a preocupação de Kant com a ação moral, posteriormente, há a preocupação com a ação em geral que pode ter valor moral.

o que se quer, em grande medida, é investigar fisiologicamente as causas de suas ações¹⁴; com a psicologia, o que se busca é investigar as ações e as condições do querer humano em geral¹⁵.

A parte *pura* de ambos os interesses da razão, da razão teórica e, do mesmo modo, da razão prática, aquela parte em que a razão determina o seu objeto de modo completamente *a priori*, tem de ser exposta antes e sozinha, sem que com ela seja mesclado nada do que decorre de outras fontes, como alerta Kant:

[...] constitui péssima economia gastar cegamente todos os ganhos sem poder distinguir depois, quando ela emperra, qual parte dos rendimentos pode arcar com a despesa e de qual parte se deve cortá-la (KANT, 1983, p. 10).

Além disso, a *pureza* de uma metafísica dos costumes, ou seja, o propósito de uma filosofia prática pura, se justifica, de acordo com o pensamento kantiano, pois:

Primeiro, uma filosofia prática mesclada não é capaz de oferecer princípio algum, não pode fornecer um princípio propriamente prático, ou seja, leis práticas ou condições de estabelecimentos de leis práticas da vontade, eis a preocupação central de Kant no momento do desenvolvimento da sua metafísica moral. Uma filosofia prática que se mescla com dados empíricos, por exemplo, da física, da antropologia, da psicologia ou da experiência em geral, pode fornecer, no melhor dos casos, previsões, estatísticas, leis naturais, pode relatar/descrever casos particulares, porém, não é essa a preocupação de Kant, a sua preocupação localiza-se na *mola* (KANT, 2008, p. 1), na fonte da ação, isto é, no *princípio da ação*.

Em segundo lugar, Kant (1983, p. 24) chama de *puro* o que nada se mescla com dados empíricos, o fundamento puro da moralidade deve ser completamente depurado de tudo o que possa ser empírico que, segundo Kant, é sempre *contingente* e a base da conduta humana não deve ficar a sorte de qualquer contingência. Na visão do filósofo, tudo o que provém da experiência é contingente e particular, diferente daquilo que provém da razão, cujo alcance pode ser universal, necessário e objetivo. Na *Crítica da razão pura*, Kant nos oferece este dado ao apontar que, se no ato de conhecer estão presentes o sujeito e o objeto, sendo que a universalidade, necessidade e objetividade do conhecimento não podem vir do objeto, terão que vir então do sujeito¹⁶. Tratando-se da moralidade, há algo que se assemelha a essa

¹⁴ KANT, 1983, p. 279.

¹⁵ KANT, 1983, 105.

¹⁶ Para Kant, o conhecimento é uma síntese dos elementos derivados da experiência e de dados *a priori* provenientes da estrutura transcendental do sujeito que conhece, a qual permite explicar que o conhecimento seja

“*revolução copernicana*”¹⁷ realizada pelo autor na primeira *Crítica*; tal como na razão teórica, Kant constatou na razão prática a impossibilidade de se buscar na experiência o princípio da ação, uma lei prática universal e necessária.

Terceiro, uma filosofia prática mesclada, isto é, contingente, casual, ou acidental, pode levar ao bem, como pode também, em muitas situações, levar ao mal. Noutras palavras, uma filosofia moral mesclada apenas é capaz de oferecer razões ou motivos que podem, eventualmente ou acidentalmente, levar à virtude, mas que também podem, por vezes, levar ao vício, desqualificando as diferenças específicas entre *virtude* e *vício*, oferecendo, por exemplo, apenas a melhor técnica ou o melhor cálculo da ação, conselhos ou regras da habilidade.

A questão que se coloca é: se há a preocupação moral, o ser humano pode se deixar guiar por um “princípio”, por uma determinação, uma razão ou motivo tão vacilante? Se há a preocupação moral o ser humano pode deixar-se guiar ao acaso, por uma determinação ou “princípio” que causalmente ou acidentalmente leva ao bem, mas que em muitas situações pode também encerrar-se em um grande mal?

Eis a necessidade e relevância de, se tratado de uma filosofia prática ou da razão prática, elaborar e desenvolver primeiro uma metafísica dos costumes – a metafísica moral ou sistema da crítica, para somente depois considerar o empírico, por exemplo, com a religião, com a antropologia, com a educação¹⁸. Ademais, como investigar a possibilidade de aplicação, o

universal, necessário e objetivo, características essenciais a todo conhecimento científico. Por este motivo, Kant inicia a introdução à *Crítica da razão pura*, dizendo: “Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência [...]. Mas embora todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente *da* experiência.” (KANT, 1983, p. 23).

¹⁷ “[...] O mesmo aconteceu com os primeiros pensamentos de *Copérnico* que, depois das coisas não quererem andar muito bem com a explicação dos movimentos celestes admitindo-se que todo o exército de astros girava em torno do espectador, tentou ver se não seria melhor que o espectador se movesse em torno dos astros, deixando estes em paz” (KANT, 1983, p. 12).

¹⁸ Vale ressaltar que, em Kant, o empírico, em sua filosofia moral, não é descartado, não é eliminado pelo filósofo, o que não seria possível tendo em vista a própria constituição da natureza humana – sensível e racional. Querer suprimir toda e qualquer sensibilidade, toda e qualquer experiência, parece contraditório com a própria natureza do ser humano, isto é, com a sua natureza *finita*. Desse modo, considerar a natureza finita da natureza humana, parece algo necessário tratando-se de uma filosofia moral, tendo em vista a preocupação com o valor moral das ações, pois ainda que essa filosofia prática obtenha seu *princípio supremo* – o *princípio prático fundamental*, sem levar em consideração as peculiaridades da natureza humana, não poderá deixar de se indagar, em algum momento, sobre essa natureza e a aplicabilidade destes princípios aos seres racionais e sensíveis, nesse caso, o ser humano – um dos agentes morais. A sensibilidade, a experiência, em suma, o empírico, somente não é abordado ou levado em consideração na primeira parte da moral, o que se dá justamente pelos objetivos, pela tarefa, pelo o que se quer de uma filosofia prática pura.

sucesso ou efetividade de algo se antes ele não foi devidamente e cuidadosamente fundado.

De acordo com Kant:

É verdade que as minhas afirmações sobre esta questão capital tão importante e que até agora não foi, nem de longe, suficientemente discutida, receberiam muita clareza pela aplicação do mesmo princípio a todo o sistema e grande confirmação pelo fato da suficiência que ele mostraria por toda a parte; mas tive que renunciar a esta vantagem, que no fundo seria também mais de amor-próprio do que de utilidade geral, porque *a facilidade de aplicação e a aparente suficiência dum princípio não dão nenhuma prova segura de sua exatidão*, pelo contrário, despertam em nós uma certa parcialidade para o não examinarmos e ponderarmos em toda a severidade por si mesmo, sem qualquer consideração pelas consequências (KANT, 1980a, pp. 106-7)¹⁹.

Assim, no que diz respeito à tarefa específica, ao objetivo particular da metafísica dos costumes kantiana podemos ressaltar que o fim primeiro de sua filosofia prática diz respeito aos *fundamentos*, aos princípios da vontade, ao *princípio prático fundamental*; concentrando-se, exclusivamente, à *fundamentação da moralidade*, ou seja, na busca pelos fundamentos do agir moral, eis a tarefa da parte *pura* da doutrina moral de Kant.

No que diz respeito a uma filosofia moral pura, a *metafísica dos costumes*, que representa a busca pelos princípios da ação detentora de valor moral, a principal tarefa do filósofo, senão a única, é “*a busca e fixação do princípio supremo da moralidade*”²⁰ (KANT, 1980a, p. 106). O que significa a *descoberta*, a *fixação* e a *justificação* do *princípio supremo da moralidade*.

Tal princípio deve ser puro e independentemente de se irá realizar-se ou não, a preocupação aqui centra-se exclusivamente no *dever-ser*, isto é, tudo o que deve necessariamente acontecer do ponto de vista moral; a preocupação está, unicamente, na possibilidade de leis práticas puras que possam determinar a conduta do ser humano por motivos *a priori*. Nas palavras de Kant:

Mesmo que nunca tenham havido ações que tivessem jorrado de tais fontes puras, a questão não é agora de saber se isto ou aquilo *acontece*, mas sim que a razão por si mesma e independente de todos os fenômenos ordena o que *deve acontecer* (KANT, 1980a, p. 120)²¹.

¹⁹ *Grifos acrescentados.*

²⁰ Podemos dizer que a busca pelo princípio supremo da moralidade se dá inicialmente na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, mediante a análise dos juízos morais comuns, segundo a qual Kant chega aos conceitos de *boa vontade*, *imperativo*, *dever*. A fixação e o desenvolvimento do *princípio* ocorrem a partir da 3ª seção da *Fundamentação e Crítica da razão prática*. Porém, digno de nota é enfatizar que a necessidade do *fundamento puro prático*, ou seja, uma lei que dite o que *deve acontecer* – dita todo o *dever ser*, já pode ser antevista desde a *Dissertação de 1770*, por exemplo, no §9, nota de rodapé.

²¹ *Grifos acrescentados.*

Isso significa que nesse âmbito não há ainda a preocupação com a efetivação do princípio supremo da moral, Kant busca, com o sistema da crítica em sua investigação prática, a fórmula do agir moral, uma fórmula precisa do dever moral²², segundo ele, uma tarefa importante, afinal:

Quem, porém, sabe o que significa para o matemático uma fórmula, a qual para executar uma tarefa determina bem exatamente e não deixa malograr o que deve ser feito, não considerará uma fórmula, que faz isto com vistas a todo o dever em geral, como algo insignificante e dispensável (KANT, 2003a, p. 25).

Kant além de marcar e justificar o seu interesse tratando de uma investigação moral genuína, responde também às críticas endereçadas a ele – de que o filósofo não teria apresentado em sua investigação nenhum princípio novo da moralidade, mas somente uma nova fórmula²³.

Evidenciamos a existência de uma *metafísica dos costumes*, bem como a necessidade da elaboração da *filosofia prática pura* que, segundo Kant, representa a *Moral* propriamente dita, a qual completamente purificada de tudo o que possa ser empírico, encontre, desse modo, nada além que a *fórmula do dever moral*, isto é, o *fundamento*, uma legislação, um *princípio supremo*, que determine todo o *dever ser*, tudo o que deve acontecer do ponto de vista da moralidade – mesmo que não ocorra uma só vez.

Trata-se aqui não do sucesso mas somente da determinação da vontade e do fundamento determinante da máxima da mesma como enquanto vontade livre. Pois, se somente ante a razão pura a **vontade** é conforme às leis, então seja como for a execução da sua **faculdade**, quer ela surja ou não efetivamente segundo essas máximas da legislação de uma natureza possível, disso não se ocupa absolutamente a Crítica, que investiga aí se e como a razão pura pode ser prática, isto é, imediatamente determinante da vontade (KANT, 2003a, p. 153).

²² As particularidades da ética do dever, ou ainda, a divisão dos deveres para o caso da natureza humana, será investigado, posteriormente, por Kant com o sistema da ciência, por exemplo, na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, *Metafísica dos costumes (Doutrina da virtude)*, *Sobre a Pedagogia*. Acerca do sistema da crítica e do sistema da ciência na investigação prática, temos: “[...] a determinação específica dos deveres como deveres humanos, para dividi-los, somente é possível se antes o sujeito dessa determinação (o homem) for conhecido segundo a natureza que ele efetivamente detém, embora apenas na medida em que é necessário com relação ao dever em geral; tal determinação, porém, não pertence a uma *Crítica da razão prática* em geral, que só deve indicar completamente os princípios de sua possibilidade, de seu âmbito e limites, sem referência particular à natureza humana. Portanto, a divisão pertence aqui ao sistema da ciência e não ao sistema da crítica” (KANT, 2003a, p. 25-7).

²³ Kant refere-se, nesse momento, precisamente a Gottlob August Tittel (1739-1816), adversário da ética kantiana. Cf. KANT, 2003a, p. 25.

Considerações Finais

A tarefa de fundar uma filosofia moral pura, constitui, de acordo com Kant (1980a, p. 106), algo completo e bem distinto de qualquer outra investigação moral. Afirmção que parece correta, pois, historicamente, a base da moralidade fora, antes de Kant, buscada na ordem da natureza ou em necessidades naturais, em tradições, no anseio pela felicidade, na busca pelo prazer, na vontade de Deus, ou ainda no sentimento moral. Via-se, segundo Kant (1980a, p. 138), o ser humano ligado a leis pelo seu dever, porém, não ocorreu a ninguém que o ser humano estivesse sujeito somente à sua *própria legislação*²⁴. Nesse sentido, há a reformulação precisa do princípio da moralidade, a renovação do fundamento das leis práticas, eis a novidade da proposta do pensamento moral kantiano.

Podemos apontar, nesse contexto, que as tentativas anteriores a Kant de fundamentar a moralidade consistiam, na maioria dos casos, em heteronomias, fundavam-se, portanto, em algo externo ao ser humano, colocava-se o princípio da heteronomia da vontade por julgar-se que a vontade não pudesse ser determinada senão por algo exterior a ela.

Seguindo com a posição de Kant, o motivo da moralidade heterônoma se deu pela ausência de uma investigação moral genuína, ou seja, com elementos puros, bem como por nunca terem colocado o conceito de moralidade separado em uma luz suficiente clara, por terem tentado, repetidamente, apresentar a virtude, a moralidade, apenas fragmentariamente, “jamais *inteiramente* na beleza da sua figura” (KANT, 2006, p. 191). Assim, as presentes investigações não possibilitaram nada de sólido em matéria da moral, não possibilitaram nada que pudesse identificar e fornecer, na visão de Kant, o *princípio supremo da moralidade*. Como explica Rohden (KANT, 2003a, p. XVI), contra as ilusões da heteronomia a crítica prática justifica-se como necessária.

Kant parece colocar a sua argumentação sobre a fundamentação da moral sob a base da existência de um princípio supremo moral: *autônomo, universal e incondicional*. Desse princípio prático é dependente a própria possibilidade da moralidade, ou seja, a própria possibilidade do autêntico valor ou conteúdo moral das ações.

²⁴ De acordo com Santos (2011, p. 205), temos aqui a referência de Kant “aos esforços empreendidos por seus antecessores na busca e fundamentação de um princípio supremo para a moralidade, Kant alude às dificuldades daqueles e aponta para a causa do fracasso de suas empreitadas”.

Como Kant busca, fixa e justifica a existência do princípio supremo da moralidade, também os seus elementos norteadores/constitutivos, deixaremos em aberto, enquanto objeto de estudo e análise, para uma próxima exposição.

Referências Bibliográficas

- BANHAM, G. *Kant's practical philosophy: from critique to doctrine*. New York: Palgrave MacMillan, 2003.
- BECK, L. W. *A commentary on Kant's Critique of Practical Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- BITTNER, R. *Máximas*. In: *Studia Kantiana – Revista da Sociedade Kant Brasileira*, nº. 5, 2003.
- CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- DELBOS, V. *La philosophie pratique de Kant*. Paris: PUF, 1969.
- HERMAN, B. *The Practice of Moral Judgment*. Harvard: Harvard University Press, 1993.
- HÖFFE, O. *Kant*. Barcelona: Herder, 1986.
- _____. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. (org). *Immanuel Kant: Kritik der Urteilskraft*. Berlin: Akademie Verlag, 2008.
- KANT, I. *Textos Seletos*. Petrópolis : Vozes, 1974.
- _____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980a.
- _____. *Prolegômenos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980b.
- _____. *A religião dentro dos limites da simples razão*. São Paulo: Abril Cultural, 1980c.
- _____. *Dissertação de 1770*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.
- _____. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Prolegômenos a toda a metafísica futura*. Lisboa: Edições 70, 1988a.
- _____. *Lecciones de ética*. Barcelona: Crítica, 1988b.
- _____. *Lógica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- _____. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- _____. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

_____. *A Metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003b.

_____. *Manual dos cursos de Lógica geral*. Trad. Fausto Castilho. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003c.

_____. *Reflexiones sobre filosofía moral*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2004. _____. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. *Akademieausgabe von Immanuel Kants Gesammelten Werken*. Disponível em: <<http://www.korpora.org/kant/verzeichnisse-gesamt.html>>. Acesso em 15 de junho de 2014.

_____. *The Metaphysical elements of ethics*. Hong Kong: Forgotten Books, 2008. Disponível em: <www.forgottenbooks.org>. Acesso em: 22 de junho 2014.

KLAUDAT, A. *Os princípios de aplicação da metafísica dos costumes de Kant*. Revista *Étic@*. Florianópolis v.9, n 1 pp. 77-87, 2010.

RAWLS, J. *História da filosofia moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROHDEN, V. *Razão prática pura*. Dissertativa (UFPEL, Pelotas), n. 6. 1997, pp. 69-98.

SANTOS, R. *Liberdade e coerção: a autonomia moral é ensinável?* In: *Studia Kantiana – Revista da Sociedade Kant Brasileira*, n. 11, 2011.

WOOD, A. *Kant's Ethical Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. *Kant*. Porto Alegre: Artmed, 2008.